



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

INSPEÇÃO GERAL – CÍVEL E CRIMINAL

Comarca	SANTO ANTONIO DO TAUÁ
Unidade inspecionada	Vara Única de Santo Antônio do Tauá
Competência da unidade	VARA ÚNICA
Data de inspeção/edital	21/03/2023
Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade	KEILLA MARIA DE AZEVEDO LEITE, analista judiciária, mat. Nº 195774
Responsável pelo preenchimento do questionário da CGJ	Breno Peck de Barros Mello, analista judiciário



1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Haila Haase de Miranda, titular desde 29/06/2020

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

a. Férias: <i>A unidade não informou. A portaria 3.767/2022-GP DJPA 17/10/22 informa que as férias da magistrada para este ano ocorrerão de 02 a 31 de Maio de 2023.</i>
b. Folgas compensatórias:
c. Licenças: Licença Maternidade de 01/09/2022 a 11/02/2023

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

PREJUDICADO

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

NÃO HÁ PENDÊNCIAS

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

27/10/2022

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	05
Exclusivamente comissionados(as)	-
Cedidos(as)/Requisitados(as)	-
Estagiários/as	01
Terceirizados/as	-

Magistrados / Servidor na Lotação

SubÁrea	Comarcas do Interior		
Lotação	Vara Unica da Comarca de Santo Antonio do Taua		
Localização	Endereco Provisorio: PREDIO FORUM DE SANTO ANTONIO DO TAUA		
Telefones	(91) 3775-1243		
E-mail			
Institucional			
Juiz Titular	Haila Haase de Miranda		
Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Aliny Correa Sinimbu	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Claudia Garcia Leal	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Haila Haase de Miranda	Magistrados	Juiz Titular	Normal
Herika Cristiany Teixeira Sousa	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Férias: 10/04/2023 - 24/04/2023 - Dia(s): 15.
Keilla Maria de Azevedo Leite	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Lucas Costa Mendes	Estagiario	Estagiario	Normal
Manuclly Thamires dos Santos Moraes	Estagiario	Estagiario	Normal
Roberta Cordeiro Gama	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Thabata Roberta Serra Viana	Efetivo	Analista Judiciario	Normal

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	01
Exclusivamente comissionados(as)	01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cedidos(as)/Requisitados(as)	-
Estagiários(as)	01
Terceirizados(as)	

Magistrados / Servidor na Lotação				
SubArea	Comarcas do Interior			
Lotação	Gabinete da Vara Unica da Comarca de Santo Antonio do Taua			
Localização	Endereco Provisorio: PREDIO FORUM DE SANTO ANTONIO DO TAU A			
Telefones	(91) 3775-1243			
E-mail				
Institucional				
Nome	Vínculo	Grupo	Situação	
Jose Itamar Pereira de Matos Junior	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal	

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria nº 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Duas servidoras, sendo elas: Cláudia Garcia Leal e Thabata Roberta Serra Viana

A unidade não apresentou o projeto de teletrabalho, mas remeteu relatórios do Painel de Atividades com a produtividade das servidoras (v. anexo).

Durante a inspeção, a equipe da secretaria enfatizou que a produtividade das servidoras em teletrabalho era maior, devido a melhor possibilidade de concentração e horário mais flexível. Foi pontuado que há muita interrupção no trabalho presencial devido a problemas de internet e ao atendimento ao jurisdicionado, o que não ocorreria no teletrabalho.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Por meio do painel de gestão judiciária, com acompanhamento semanal dos processos movimentados.

A unidade também utiliza o Painel de Atividades

Em 12/04/23 foram extraídos do Painel de Gestão de Atividades os seguintes dados:

- *Novembro de 2022*

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
ALINY CORREA SINIMBU	150	332	161
CLAUDIA GARCIA LEAL	954	1.701	563
HERIKA CRISTIANY TEIXEIRA SOUSA	386	1.209	492
KEILLA MARIA DE AZEVEDO LEITE	849	1.000	416
LUCAS COSTA MENDES	42	3	31
MANUELLY THAMIRES DOS SANTOS MORAES	120	82	102
ROBERTA CORDEIRO GAMA	302	363	107
THABATA ROBERTA SERRA VIANA	663	1.653	435
Total	3.466	6.343	1.846

- *Dezembro de 2022*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
ALINY CORREA SINIMBU	128	275	121
CLAUDIA GARCIA LEAL	327	659	226
HERIKA CRISTIANY TEIXEIRA SOUSA	156	340	83
KEILLA MARIA DE AZEVEDO LEITE	448	764	154
LUCAS COSTA MENDES	116	2	93
MANUELLY THAMIRES DOS SANTOS MORAES	97	54	85
ROBERTA CORDEIRO GAMA	135	180	43
THABATA ROBERTA SERRA VIANA	293	757	265
Total	1.700	3.031	863

• *Janeiro de 2023*

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
ALINY CORREA SINIMBU	58	168	81
CLAUDIA GARCIA LEAL	440	1.312	393
HERIKA CRISTIANY TEIXEIRA SOUSA	152	582	150
KEILLA MARIA DE AZEVEDO LEITE	517	621	258
LUCAS COSTA MENDES	15	16	13
MANUELLY THAMIRES DOS SANTOS MORAES	85	122	64
ROBERTA CORDEIRO GAMA	134	213	72
THABATA ROBERTA SERRA VIANA	333	890	351
Total	1.734	3.924	1.136

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

Por meio do painel de gestão, no relatório atinente à produtividade.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Sim, em andamento a obra de construção do novo Fórum de Santo Antônio do Tauá

A estrutura física do Fórum foi um fato que permeou a maior parte dos assuntos debatidos durante a inspeção. Trata-se da antiga residência do magistrado da comarca, que recebeu um anexo há alguns anos. A principal característica do local é seu tamanho reduzido, com todas as salas de tamanho bem menor que a de outros fóruns em comarcas próximas semelhantes.

Abaixo, a secretaria da unidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 02 / 03 / 2023 .

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	2048	2142
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	115	142
Total do acervo com prioridade	527	496
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	15	1
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	420	279



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	37	54
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	17	21

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	<p style="text-align: center;">94</p> <p><i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 12/04/23, verificou-se:</i></p> <p>Novembro 22: 68 (total) <i>Distribuição: 54</i> <i>Mudança de Classe Processual: 11</i> <i>Redistribuição: 3 (três)</i></p> <p>Dezembro 22: 51 (total) <i>Distribuição: 37</i> <i>Mudança de Classe Processual: 12</i> <i>Redistribuição: 2</i></p> <p>Janeiro 23: 57 (total) <i>Distribuição: 51</i> <i>Mudança de Classe Processual: 6</i></p>
Total de processos julgados	<p style="text-align: center;">181</p> <p><i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 12/04/23, verificaram-se sentenças com resolução do mérito, incluindo homologatórias, e sem resolução do mérito.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Novembro 2022: 233</i>• <i>Dezembro 2022: 109</i>• <i>Janeiro 2023: 13</i>• <i>Total geral: 355</i>
Total de processos baixados definitivamente do acervo	<p style="text-align: center;">305</p> <p><i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 12/04/23, verificaram-se os seguintes números:</i></p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	<ul style="list-style-type: none">• <i>Novembro 2022: 219</i>• <i>Dezembro 2022: 154</i>• <i>Janeiro 2023: 68</i>• <i>Total Geral: 441</i>
--	---

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	231
Despachos	416
Sentenças com resolução de mérito	117
Sentenças sem resolução de mérito	64
Audiências realizadas	160

Em 12/04/23 foram apurados os seguintes números no Painel de Gestão Judiciária – PGJ

Novembro 2022

- *Decisão interlocutória 117*
- *Despachos 339*
- *Sentença c/ mérito 121*
- *Sentença s/ mérito 112*

Dezembro 2022:

- *Decisão interlocutória 80*
- *Despachos 188*
- *Sentença c/ mérito 70*
- *Sentença s/ mérito 39*

Janeiro 2023

- *Decisão interlocutória 53*
- *Despachos 92*
- *Sentença c/ mérito 11*
- *Sentença s/ mérito 2*

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não. Mas faremos doravante.

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.

Tanto a Secretaria quanto o Gabinete monitoram o quantitativo para o cumprimento das Metas Nacionais.

Posteriormente à resposta, a unidade elaborou Plano de Ação (v. anexo). A planilha



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

contém objetivos, metas, responsáveis e prazos.

Corregedoria Geral:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- | | | |
|----|---|--|
| a. | <input checked="" type="checkbox"/> (x) | Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais; |
| b. | <input checked="" type="checkbox"/> (x) | Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete; |
| c. | <input checked="" type="checkbox"/> (x) | Movimentação processual; |
| d. | <input checked="" type="checkbox"/> (x) | Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria; |
| e. | <input checked="" type="checkbox"/> (x) | Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe; |
| f. | <input checked="" type="checkbox"/> (x) | Controle dos prazos e imediata certificação. |

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular nº 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE. (Ofício circular nº 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR nº 0002009-73.2.00.0814)

0800155-17.2020.8.14.0094; 0800336-81.2021.8.14.0094; 0000025-90.2002.8.14.0094

O primeiro e segundo processos da lista foram suspensos pelo movimento 898, que não é um dos movimentos recomendados na nota técnica (submovimentos do movimento 25 para decisões interlocutórias ou submovimentos do movimento 11025 para despachos), e se verifica movimentação mesmo sem movimentação de levantamento de suspensão ou sobrestamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

O terceiro processo da lista foi suspenso pelo movimento 263, que é um dos submovimentos do movimento 25; suspensão realizada de forma correta.

6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução nº 483/CNJ-2022. (Resolução nº 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

0800147-06.2021.814.0094; 0800178-26.2021.814.0094

Ambos processos possuem em seus autos cadastro de bens apreendidos no SNBA.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados de quaisquer naturezas de comunicação?

Tão logo cadastrado pelos interessados..

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

Quatro, sendo a mais antiga 02/03/2023, os agrupadores, principalmente Documentos não lidos, são diariamente acompanhados (lidos)

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Sim

6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

Sim. 0001761-55.2016.8.14.0094

6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Zero

6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

77

6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

05 processos

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

A unidade não possui central de mandados

7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Sim

Na ocasião, foi reforçada a necessidade de se utilizar um modelo para a unidade, de modo a agilizar e uniformizar os mandados. Frisou-se que deveria ser de fácil compreensão para o jurisdicionado, com destaque da finalidade da comunicação.

7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.

A Secretaria no ano de 2022 não realizou a depuração de mandados, contudo, tal prática começou a ser implementada no ano de 2023. Atualmente, constam 430 expedientes (em anexo). No entanto a serventia judicial ao proceder a depuração no PJE, encontrou inconsistências no Sistema PJE para realizar a devida depuração, abrindo o chamado nº t_2122124242.

Na inspeção foi identificada questão envolvendo um dos Oficiais de Justiça, Francisco Pinto Barros, que apresentava número elevado de mandados não recolhidos, sem justificar.

A unidade informou que este Oficial de Justiça, apesar de cumprir os mandados, sentia muita dificuldade para inserção dos expedientes nos sistemas informatizados, resultando em retenção injustificada. Foi pontuado que mesmo com auxílio, por parte dos colegas, não foi possível resolver a questão.

A unidade identificou dois procedimentos abertos junto à Corregedoria por conta desta situação. O PJECor nº 0000441-85.2023.2.00.8.14 trata de atraso no cumprimento de mandado recebido por este Oficial de Justiça; o 0000376-90.2023.2.00.8.14 foi arquivado com recomendação para que o servidor não retivesse mandados injustificadamente.

Em reunião com o Oficial de Justiça, ficou ajustado que este se submeterá à orientação dos colegas servidores para correta operação dos sistemas e regularização dos mandados cumpridos, sendo solicitado seu esforço e dedicação na empreitada, sob pena de tomada de providências cabíveis.

7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Na maioria das vezes é de 60 dias, conforme acordado com os Oficiais de Justiça.

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

A secretaria realiza controle de carta precatória através de planilha no teams, etiqueta no PJE, bem como a movimentação/cumprimento de processos por ordem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

cronológica, evitando que fiquem paralisadas mais de 100 dias.

Foi esclarecido na ocasião que, quando é identificado processo parado aguardando cumprimento de carta precatória após o prazo de 90 (noventa) dias, é realizada cobrança para o deprecado.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Sim. Esclarecem que ainda há demanda represada proveniente do período pandêmico, no qual a Unidade contou com apenas um oficial de justiça, mas o mandado já se encontra distribuído, aguardando o cumprimento da diligência pelo Oficial de Justiça.

Foram identificadas 20 (vinte) cartas precatórias cíveis aguardando cumprimento, a mais antiga de 2015, e 7 (sete) criminais, aguardando cumprimento há mais de três meses.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

Todas as audiências são presenciais, e ocorrem fisicamente na sala de audiências do Fórum de Santo Antônio do Tauá, utilizando-se o aplicativo Microsoft Teams. Contudo, é oportunizado às partes/patronos que participem virtualmente, através de link disponibilizado no processo.

Por amostragem, lista-se os seguintes dados:

- A audiência referente ao processo 0007212-61.2016.8.14.0094, realizada em 14 de fevereiro de 2023, ocorreu de forma presencial, tendo a magistrada titular Haila Haase de Miranda e a Promotora de Justiça participado presentes na sala de audiência, enquanto que o Defensor Público e algumas testemunhas participaram virtualmente; portanto tratou-se de audiência híbrida.

- A audiência referente ao processo 0006984-52.2017.8.14.0094, realizada em 16 de fevereiro de 2023, ocorreu de forma presencial, tendo a magistrada titular Haila Haase de Miranda e a Promotora de Justiça participado presentes na sala de audiência, enquanto que algumas testemunhas participaram virtualmente; portanto tratou-se de audiência híbrida.

- A audiência referente ao processo 0800559-34.2021.8.14.0094, realizada em 27 de fevereiro de 2023, ocorreu de forma presencial, tendo a magistrada titular Haila Haase de Miranda participado presente na sala de audiência.

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

67 audiências



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

36 processos

8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

Não há.

8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

8.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

Prejudicado

8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

Prejudicado, não temos

8.8. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Há 5 (cinco) pendências no Sistema Nacional de Adoções - SNA em 11/04/23, todas referentes a adoção intuitu personae, a mais antiga com mais de quatro anos desde a última ocorrência.

A unidade foi orientada a priorizar tramitação de guarda, adoção e destituição de poder familiar.

8.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não é realizada fiscalização sobre o funcionamento do cartório de registros de pessoas naturais em regime de plantão nos finais de semana e feriados.

8.10. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não consta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Zero

8.12. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não constam dados.

8.13. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Sim

8.14. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim

8.15. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (página de abertura do Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?

Sim

8.16. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?

62 processos.

9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

a	(x)	Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
b	(x)	Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
c	(x)	Movimentação processual;
d	(x)	Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
e	(x)	Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
f	(x)	Controle dos prazos e imediata certificação;
g	(x)	Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
h	(x)	Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “Informações Criminais”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? *(Diretriz Estratégica nº 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

Sim.

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? *(Resolução nº 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria nº 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Atendimento por ordem de chegada do público no Fórum, por meio do whastapp, e-mail e balcão virtual.

Na inspeção, foi identificado grande fluxo de pessoas na secretaria para consulta de processos. No que pese a sala do Ministério Público ficar em espaço contíguo ao da secretaria, compartilhando um pequeno saguão, ainda assim muitas pessoas eram atendidas presencialmente.

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)*

15 processos de preso provisório, são sinalizados através de etiqueta e controle da lista réus presos disponibilizada e alimentada regularmente no teams

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. *(Resolução nº 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

Há dois processos de presos provisórios nessa situação, um está aguardando o réu constituir novo advogado para alegações finais e outro estava suspenso em razão do incidente de insanidade.

Sim é realizada revisão de prisão cautelar a cada 90 dias.

9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica nº*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)

120 dias

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)

Delegacia de Polícia de Santo Antônio do Tauá.
SIM.

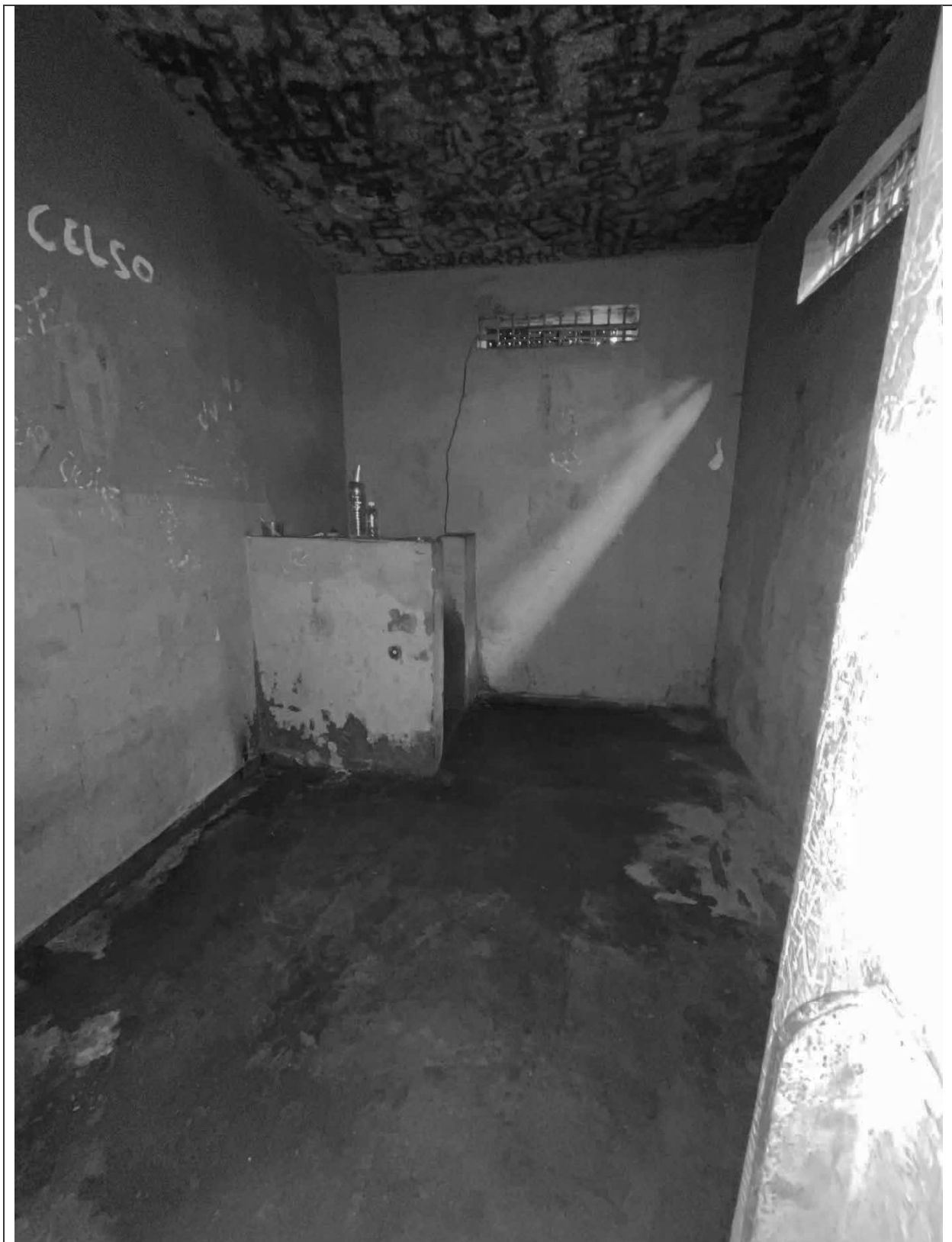
Em inspeção, a Corregedoria Geral de Justiça a delegacia do município não estava presente o delegado Leandro Jorge Lima Souza, sendo o quadro funcional formado por 2 (dois) investigadores, 1 (um) escrivão, 1 (um) agente administrativo da Prefeitura e mais 2 (dois) estagiários.

Havia 1 (um) preso na ocasião, que acabava de chegar e ainda não havia sido autuado o procedimento.

Não se soube informar a quantidade de bens armazenados no local. O inventário, com registros somente a partir de 2018, estava trancado na sala do delegado. Estimou-se na ocasião haver 111 (cento e onze) motos e 7 (sete) automóveis no local, sem se saber se há vinculação com processos. Outros bens, como armas e entorpecentes, estavam trancados na sala do delegado e não foi possível acesso. Não souberam estimar a quantidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

termos da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução nº 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Sim, através de etiquetas geradas no PJE se faz a consulta no BNMP, exemplos de etiquetas: MANDADO DE PRISÃO

10.2. Considerando a Resolução nº 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

A Secretaria busca emitir a guia de recolhimento com maior brevidade possível, a fim de garantir a celeridade no cumprimento dos processos criminais.

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução nº 417/2021-CNJ?

Sim

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Sim, ao ser exarada decisão judicial pela soltura, o fluxo de cumprimento compreende a verificação do status do indivíduo nos sistemas INFOPEN, PJE e BNMP. A verificação é feita posteriormente ao cadastramento da decisão do alvará.

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Sim

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução nº 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Há contínua movimentação dos processos, para evitar que fiquem paralisados por mais de cem dias, ocasião na qual os prazos prescricionais são, por consequência, verificados. Igualmente, há etiquetas no PJE para o controle dos prazos prescricionais.

11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento nº 15/2009-CJRMB? (Provimento nº



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

Não consta.

12. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:

Data do preenchimento dos dados: 07 / 03 / 2023

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e medidas alternativas
Total de Execuções Ativas:	PREJUDICADO	62
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA		0
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA		1
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA		0
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor		0
Processos com pendência de implantação*		4
Processos com inconsistências*		0
Total de processos conclusos		5
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.		0

12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

62 apenados em regime aberto

12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento

0800281-33.2021.8.14.0094, 0800188-36.2022.8.14.0094, 0800563-71.2021.8.14.0094

12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial

Zero



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução nº 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

00146502720158140401

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução nº 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução nº 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Sim.

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

A última audiência de custódia foi realizada em 07.03.2023, de Jose Rafael Brito da Silva, no processo n. 0800073-78.2023.814.0094. Trata-se de cumprimento de mandado de prisão, em decorrência de decretação de prisão preventiva - mandado inserido no BNMP em 06.03.2023, quando foi informado que ele já se encontrava preso em decorrência de outro processo, e foi realizada audiência de custódia no dia seguinte.

13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

75

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

16/03/2023. Processo 0800776-43.2022.8.14.0094

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

00, não há espaço adequado nesta Comarca para sessão de Júri, tem-se solicitado DESAFORAMENTO dos autos em vários processos, os quais vem sendo aceitos pelo TJ.

A unidade esclareceu que, diante do tamanho reduzido do Fórum, costumava utilizar espaço cedido pela Prefeitura Municipal, mas que ultimamente não tem obtido êxito em reservar o local, e, não obstante, é muito trabalhoso o deslocamento de pessoas e equipamentos.

14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PREJUDICADO

14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.

PREJUDICADO

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial:

05 e 06 de Dezembro de 2022

15.2. Data da última correção realizada pela Corregedoria?

04 a 06 de Dezembro de 2019

15.3. Existem registros de recomendações na correção ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

Em anexo

Santo Antônio do Tauá, Pa, 08 de Março de 2023

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.06.02 12:38:03 -03'00'

SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

BRENO PECK DE BARROS
MELLO:74290452272

Assinado de forma digital por BRENO PECK DE BARROS MELLO:74290452272
Dados: 2023.06.02 12:53:47 -03'00'

BRENO PECK DE BARROS MELO
Servidor(a) da CGJ